

17
Feli
F
D
J

Centro Social Paroquial Nossa Sr^a da

Luz

Anexo

31 de dezembro de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	14
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	14
6	Ativos Intangíveis	16
7	Locações	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos	17
9	Inventários.....	18
10	Rédito	18
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	18
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados	21
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
17	Outras Informações.....	22
17.1	Investimentos Financeiros	22
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	22
17.3	Clientes e Utentes	23
17.4	Outras contas a receber	23
17.5	Diferimentos.....	24
17.6	Outros Ativos Financeiros	24
17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	24
17.8	Fundos Patrimoniais.....	24
17.9	Fornecedores.....	25
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	25
17.11	Outras Contas a Pagar	26
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	Erro! Marcador não definido.
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	26

He
 H
 (F3M)
 Autógrafa
 JF

17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	26
17.15 Outros rendimentos.....	27
17.16 Outros gastos	27
17.17 Resultados Financeiros.....	28
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	28

H2
H
Folk
F
Detonajaj
H

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz, sediado na Rua da Parada Militar N.º 12, 2560-053 A-dos-Cunhados, é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), integrada no tipo de Organizações ou Instituições da Igreja Católica na Direcção Geral da Segurança Social desde 08/05/1985, no livro 02 das Fundações de Solidariedade Social sob o n.º 44/85 nas folhas 199 e 200.

Adota a forma de Centro Social Paroquial, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do Estatuto das IPSS, dos estatutos próprios e demais normas aplicáveis, desde que no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

A instituição visa essencialmente prosseguir atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento (a que corresponde a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) n.º 87301), tendo encetado no período de 2015 uma atividade comercial que culmina com a venda de material de incontinência, bem como uma vasta variedade de material de enfermagem (CAE secundário n.º 86906), alargando assim o leque de clientes/utentes à comunidade em geral.

Resumidamente a atividade assenta nos seguintes fins:

- Apoio às famílias e às pessoas idosas, através do seu Centro Interdisciplinar de Promoção da Autonomia, constituído pelas respostas sociais de: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, ou outras;
- Apoio à família e às pessoas através da sua integração no mercado de trabalho;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, de capacidade para o trabalho ou isolamento;
- Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- Obtida licença do Ordinário do lugar, a promoção de outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the name "Evelh" and "D. Pascoal" with a signature below.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2017.

Flávia
7/1
D. Catarina
[Assinatura]

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

A
H
Diferenças

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

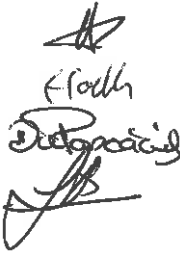
Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou

menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

H2
H2/1
Princípio

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao Centro Social e Paroquial a título gratuito, nomeadamente uma edificação, encontra-se mensurada pelo valor escriturado aquando da adoção.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "F. Celli" and a signature.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5 – 51
Equipamento básico	5 – 10
Equipamento de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros Ativos fixos tangíveis	1 - 10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Não aplicável.

3.2.6 Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constantes da Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de Outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desconhecido dos investimentos financeiros, aquando o seu reembolso.

H7
H7
Henk
Dobrogosig
A

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

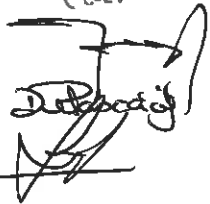
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.



Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

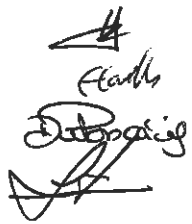
Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Deixando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Não aplicável.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

Centro Social Paroquial Nossa Srª da Luz

Rua da Parada Militar

N.º 12

NIF:501610421 - Publicação em Diário da República

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the word "Frodo" and a signature.

Por força do n.º 3 do referido artigo que menciona: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutário.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. Enquadra-se neste regime a atividade de venda de material clínico e de incontinência, bem como o rendimento obtido através da produção de energia.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	112.801,00					112.801,00
Edifícios e outras construções	1.881.387,52	17.152,30				1.898.539,82
Equipamento básico	361.417,72	21.855,65				383.273,37
Equipamento de transporte	110.174,31	11.905,50	5.695,04			116.384,77
Equipamento administrativo	167.231,65	2.846,58				170.078,23
Outros Ativos fixos tangíveis	78.591,19	2.999,92	19.553,48			62.037,63
Total	2.711.603,39	56.759,95	25.248,52	0,00	0,00	2.743.114,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	380.394,24	53.497,26				433.891,50
Equipamento básico	289.532,36	16.296,58				305.828,94
Equipamento de transporte	73.002,20	15.668,68	5.695,04			82.975,84
Equipamento administrativo	158.158,06	4.514,51				162.672,57
Outros Ativos fixos tangíveis	57.326,46	3.262,71	2.628,14			57.961,03
Total	958.413,32	93.239,74	8.323,18	0,00	0,00	1.043.329,88

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	112.801,00					112.801,00
Edifícios e outras construções	1.898.539,82	4.296,46				1.902.836,28
Equipamento básico	383.273,37	19.957,49	862,37			402.368,49
Equipamento de transporte	116.384,77	31.500,00				147.884,77
Equipamento administrativo	170.078,23	1.530,57	109,86			171.498,94
Outros Ativos fixos tangíveis	62.037,63	7.055,40	738,94			68.354,09
Total	2.743.114,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.805.743,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	433.891,50	53.191,81				487.083,31
Equipamento básico	305.828,94	17.474,07				323.303,01
Equipamento de transporte	82.975,84	16.320,01				99.295,85
Equipamento administrativo	162.672,57	3.896,10				166.568,67
Outros Ativos fixos tangíveis	57.961,03	1.166,30	52,48			59.074,85
Total	1.043.329,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1.135.325,69

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição
Concessão de Sepultura Perpétua – Talhão 17 coval 9 no Cemitério de A-dos-Cunhados, no valor de 900,00€

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	20.252,04	207,56				20.459,60
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	20.252,04	207,56	0,00	0,00	0,00	20.459,60
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	18.372,66	1.019,39				19.392,05
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	18.372,66	1.019,39	0,00	0,00	0,00	19.392,05

Debraig H
Figura

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	20.459,60	264,45				20.724,05
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	20.459,60	264,45	0,00	0,00	0,00	20.724,05
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	19.392,05	758,85				20.150,90
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	19.392,05	758,85	0,00	0,00	0,00	20.150,90

7 Locações

A Instituição não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	342,34	0,00	342,34
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	342,34	0,00	342,34

Os planos de reembolso da dívida da Instituição, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano				4.042,14	77,57	4.119,71
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	4.042,14	77,57	4.119,71

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

H
H
Foch
J. J. J. J. J.

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	31.396,44	2.378,42	6.368,06	34.798,85	-4.726,73	6.942,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22.633,96	135.342,91	-3.331,09	8.094,49	134.518,22	-48.087,67	7.306,56
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	22.633,96	166.739,35	-952,67	14.462,55	169.317,07	-52.814,40	14.248,56
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				173.958,09			116.716,66
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	36.822,28	38.285,52
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores, Matrículas e Mensalidades	774.442,04	753.088,50
Serviços Secundários	2.032,52	2.276,41
Juros	794,07	213,26
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	814.090,91	793.863,69

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são reconhecidos nos Capitais Próprios. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que compensem, nomeadamente as depreciações.

A imputação dos subsídios ao investimento teve o seguinte impacto nos fundos patrimoniais:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
MASES	367.937,44	0,00	7.926,54	360.010,90
PIDAC	51.464,80	0,00	2.144,41	49.320,39
Programa Solar Térmico	21.444,82	0,00	2.675,21	18.769,11
Outros	8.030,62	0,00	349,16	7.681,46
Total	448.877,68	0,00	13.095,82	435.781,86

Os subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Durante o ano de 2017 a Instituição recebeu subsídios do Instituto de Emprego e Formação Profissional de diversos tipos, designadamente, Contrato Emprego e Inserção, Contrato Emprego e Inserção +, Programa Vida Emprego, Estágios Profissionais.

Descrição	2017	2016
Subsídios do Investimento		
MASES	7.926,54	7.926,54
PIDAC	2.144,41	2.144,41
Programa Solar Térmico	2.675,71	2.675,71
Outros	349,16	349,16
Subsídios à Exploração		
IEFP	23.909,57	50.131,41
Total	37.005,39	83.685,87

Paralelamente aos subsídios ao investimento e à exploração, a Instituição conta também com as Comparticipações do Instituto da Segurança Social que cofinanciam as valências de E.R.P.I, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário:

Descrição	2017	2016
Subsídios do I.S.S.		
E.R.P.I.	314.924,40	308.448,00
Centro de Dia	39.855,60	39.034,80
Serviço de Apoio Domiciliário	91.764,00	89.877,60
Vagas Protocoladas – E.R.P.I.	12.810,70	7.440,80
Complemento por Dependência	12.719,43	19.324,52
Total	472.074,13	464.125,72

H
A
F
S
S

Na rubrica subsídios do ISS – Centro Distrital, consta o valor de 9.335,05 euros, referente ao complemento para vagas reservadas para a segurança social relativo ao período entre Abril e Outubro de 2017, que irá ser recebido entre janeiro e junho de 2018, estando relevado na conta devedores por acréscimos de rendimentos conta 2721903.

Na rubrica subsídios do ISS – Centro Distrital, consta o valor de 3.102,30 euros, referente ao complemento para lares de idosos relativo ao período entre Setembro a Outubro de 2017, que irá ser recebido entre janeiro e junho de 2018, estando relevado na conta devedores por acréscimos de rendimentos conta 2721903.

Os subsídios pagos pela ISS – Centro Distrital, relativos a períodos anteriores a 2017, estão contabilizados na conta correções relativas a períodos anteriores, pelo valor de 8.128,03 euros.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 530,91€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado	530,91	999,83
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição durante o ano de 2016 foi de 73 e em 2017 de 74, abrangendo diversos programas proporcionados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, os quais nos permitiram obter os rendimentos mencionados na nota 12.

A instituição usufruiu do contributo de trabalho prestado a título voluntário por 11 membros, entre os quais uma cabeleireira, e os restantes colaborando no apoio aos idosos e nas funções administrativas.

Os órgãos diretivos são compostos por cinco membros, dos quais dois usufruem as seguintes remunerações:

- **Horácio Félix** – Vice-presidente da instituição, que dada a complexidade da gestão, ao tempo e aos recursos pessoais despendidos, encetou um contrato de trabalho em regime de comissão de serviço a 23 de Março de 2016, passando a ser compensado através de dois IAS (838,44€)
- **José Augusto** – Secretário da Direção vigente, e Encarregado de Serviços Gerais desde 1992, auferir mensalmente 1.500,00€, juntamente com as diuturnidades vencidas e a compensação pela isenção de horário de trabalho, dadas as funções que desempenha.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	10.111,68	7.769,54
Remunerações ao pessoal	655.870,25	615.296,96
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	143.931,88	130.699,97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.854,47	6.646,61
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Formação Profissional	3.900,00	3.225,00
Outros Gastos com o Pessoal	64.167,34	10.717,78
Total	885.835,62	774.355,86

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A prestação de contas é publicada no site da instituição: www.lar nossasenhoraluz.pt

Handwritten notes and signatures: "Real", "7", "Segurança Social", and a signature.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	2.444,77	2.106,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2.444,77	2.106,00

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	5.048,57	3.841,61
Utentes	33.282,53	17.363,41
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	1.064,06
Utentes	39.822,41	42.319,48
Total	78.153,51	64.588,56

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2016		2015	
	Do Período	Acumuladas	Do Período	Acumuladas
Clientes	0,00	0,00	92,59	92,59
Utentes	744,48	28.135,22	4.771,00	28.135,22
Total	744,48	28.227,81	4.863,59	28.227,81

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	100,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	15.871,15	14.817,79
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	12.298,36	10.615,16
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	28.169,51	25.532,95

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros a liquidar	2.727,66	4.697,71
Grenke – Aluguer Mensal	147,60	147,60
Juvex – Contrato de Assistência	0,00	25,28
Contrato Cópias DEVELOP INEO + 220	150,80	148,88
Despesas com Formação	0,00	120,00
Total	3.026,06	5.139,47
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
C.G.D. 2009/2019	23.556,30	21.136,80
C.X.G. LIQUIDEZ	40.022,20	0,00
Total	63.578,50	21.136,80

Foram contabilizados aumentos relativos ao justo valor das aplicações financeiras acima descritas no valor de 2.441,70 euros.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	6.127,89	4.228,64
Depósitos à ordem	154.532,47	126.264,58
Depósitos a prazo	154.000,00	124.000,00
Outros		
Total	314.660,36	254.493,22

De salientar, que na rubrica de depósitos a prazo é incluída a parte correspondente aos utentes cofre, a qual contrapõe com "Outros Passivos Correntes" no balanço.

H
 AP
 F. Costa
 D. Rodrigues
 A. S.

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	163.292,93	0,00	0,00	163.292,93
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	187.714,52	0,00	0,00	187.714,52
Resultados transitados	942.512,79	91.492,72	0,00	1.034.005,51
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	491.698,68	0,00	-13.095,82	478.602,86
Total	1.785.218,92	91.492,72	-13.095,82	1.863.615,82

A variação dos fundos patrimoniais resulta das seguintes operações:

- Transferência do resultado do período anterior para Resultados Transitados;
- Imputação dos Subsídios ao Investimento como rendimento do período na proporção da respetiva depreciação dos ativos subjacentes;

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	30.033,04	26.338,08
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	30.033,04	26.338,08

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.257,74	4.883,74
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	4.257,74	4.883,74
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	530,91	999,83
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	704,07	801,46
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.930,50	2.991,50
Segurança Social	16.111,62	16.199,21
Outros Impostos e Taxas	163,80	131,83
Total	20.440,90	21.123,83

H7
 A
 f. l. d. s.
 J. J.
 Despesas

17.11 Outros Passivos Financeiros

A rubrica "Outros Passivos Financeiros" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		274,64		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Adiantamentos de clientes e utentes		151,00		2.126,00
Fornecedores de Investimentos		19.407,63		1.245,35
Credores por acréscimo de gastos		118.410,17		100.510,27
Outros credores		37.774,77		37.470,46
Total	0,00	176.018,21	0,00	141.352,08

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	495.983,70	514.257,13
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	495.983,70	514.257,13

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	72.676,12	65.701,99
Materiais	38.022,32	36.376,18
Energia e fluidos	79.281,72	64.148,92
Deslocações, estadas e transportes	1.523,18	1.429,22
Serviços diversos	51.010,62	61.763,98
Total	242.513,96	229.420,29

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	4.445,48	5.688,98
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.037,66	990,96
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	257,25
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	9,13	1,95
Rendimentos em investimentos não financeiros	40,80	300,00
Outros rendimentos		
Correções relativas a períodos anteriores	8.175,04	17,31
Imputação de subsídios para investimentos	13.095,82	13.095,82
Donativos	62.418,66	44.428,12
Outros	1.385,29	0,00
Total	90.607,88	64.780,39

Na conta correções relativas a períodos anteriores estão contabilizadas pagamentos efetuados pela ISS – Centro Distrital, relativa a períodos anteriores a 2017, nomeadamente complemento para lares de idosos no valor de 4.652,38 euros e o complemento para vagas reservadas à segurança social no valor de 3.475,65 euros.

17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	938,94	1.435,06
Descontos de pronto pagamento concedidos	20,00	0,04
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos		
Correções relativas a períodos anteriores	1.152,10	20,29
Donativos	150,00	150,00
Quotizações	328,14	309,00
Multas e Penalidades	0,00	60,00
Outros	22,80	0,00
Total	2.611,98	1.974,39

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2,66	77,58
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	11,00	17,00
Total	13,66	94,58
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	794,07	213,26
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	794,07	213,26
Resultados Financeiros	780,41	118,68

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção no dia 23 de Março de 2016.

Paradas, 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

Helder Loucalves

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
N. SR. DA LUZ
A-DOS-SUMADOS
L.R. E CENTRO DE DIA DAS PARADAS
A DIRECÇÃO

A Direcção

Edacelb Renato de Brito Coll

Dulce Maria Pascoal Correia

Jos Francisco Rodrigues Alves